



Simulado Especial

# TRT 10

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA  
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

# Simulado

Simulado TRT-10 (Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador do TRT-10 (DF/TO)**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TYRFtmd1JEJAhtzm8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

A computação quântica usa tecnologia especializada – incluindo hardware de computador e algoritmos que tiram proveito da mecânica quântica – para resolver problemas complexos que computadores clássicos ou supercomputadores não podem resolver, ou não podem resolver com rapidez suficiente.

Hoje, empresas como a IBM Quantum disponibiliza hardware quântico real, uma ferramenta que os cientistas só começaram a imaginar há três décadas, para centenas de milhares de desenvolvedores. Os engenheiros fornecem processadores quânticos supercondutores cada vez mais poderosos em intervalos regulares, juntamente com avanços cruciais em software e orquestração quântica clássica. Este trabalho impulsiona a velocidade e a capacidade da computação quântica necessárias para mudar o mundo.

Essas máquinas são muito diferentes dos computadores clássicos que existem há mais de meio século. Quando cientistas e engenheiros encontram problemas difíceis, eles recorrem a supercomputadores. São computadores clássicos muito grandes, geralmente com milhares de núcleos clássicos de CPU e GPU capazes de executar cálculos muito grandes e inteligência artificial avançada. No entanto, até mesmo os supercomputadores são máquinas baseadas em código binário que dependem da tecnologia de transistores do século XX. Eles lutam para resolver certos tipos de problemas.

Se um supercomputador fica perplexo, provavelmente é porque a grande máquina clássica foi solicitada a resolver um problema com um alto grau de complexidade. Quando os computadores clássicos falham, geralmente é devido à complexidade.

Problemas complexos são problemas com muitas variáveis que interagem de maneiras complicadas. A modelagem do comportamento de átomos individuais em uma molécula é um problema complexo, devido a todos os diferentes elétrons que interagem entre si. A identificação de padrões sutis de fraude em transações financeiras ou de nova física em um supercolisor também são problemas complexos. Há alguns problemas

complexos que não sabemos como resolver com computadores clássicos em qualquer escala.

O mundo real funciona com base na física quântica. Computadores que fazem cálculos usando os estados quânticos de bits quânticos devem, em muitas situações, ser nossas melhores ferramentas para entendê-los.

<https://www.ibm.com/br-pt/topics/quantum-computing>

- 01.** Infere-se que a principal vantagem da computação quântica, segundo o texto, é sua capacidade de resolver problemas que computadores clássicos não conseguem tratar.
- 02.** Depreende-se que os computadores quânticos já substituíram os supercomputadores em diversas áreas da ciência.
- 03.** Segundo o autor, computadores tradicionais não conseguem identificar eficientemente padrões sutis de fraude em transação financeira.
- 04.** De acordo com o texto, os supercomputadores baseiam-se na física quântica para resolver problemas complexos.
- 05.** O vocábulo "complexo" foi empregado para caracterizar um problema que envolve a interação avançada de muitas variáveis.
- 06.** No trecho “Os computadores clássicos lutam para resolver certos tipos de problemas”, o verbo “lutam” foi empregado no sentido denotativo de combate físico.
- 07.** No trecho “Há alguns problemas complexos que não sabemos como resolver com computadores clássicos”, o segmento “como resolver” desempenha a função de complemento nominal.

08. No último período do terceiro parágrafo, o referente do pronome "Eles" é "transístores".

09. No segmento "Há alguns problemas complexos", a substituição da forma "há" por "existem" preservaria o sentido original, porém alteraria as relações sintáticas do período.

10. A palavra "mecânica", assim como "transístores", segue a regra de acentuação que determina o uso do acento em todas as proparoxítonas.

### **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO**

*Paulo Sousa*

11. Os costumes *contra legem* são inaplicáveis, ainda que omissa a lei a respeito do ponto específico, devendo o julgador valer-se dos demais critérios de integração do ordenamento jurídico.

12. Quanto à obrigatoriedade, as normas podem ser cogentes ou de seguimento obrigatório e dispositivas ou supletivas.

13. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é uma norma de sobredireito que trata exclusivamente de regras aplicáveis ao Direito Privado.

14. A vigência de uma norma no Brasil, quando não fixado outro prazo, se inicia 45 dias após sua publicação oficial, conforme previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

15. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro admite a possibilidade de repristinação, ou seja, o restabelecimento de uma norma revogada quando a norma revogadora também

perde sua vigência, mesmo sem disposição expressa nesse sentido.

### **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

*João Trindade*

16. De acordo com a jurisprudência do STF, possui eficácia plena e aplicabilidade imediata e integral a norma que assegura a publicidade dos julgamentos do poder Judiciário.

17. É permitido ao Presidente da República editar medida provisória para abrir crédito suplementar, desde que caracterizada a situação de relevância e urgência.

18. Se o Presidente da República atentar contra o exercício dos direitos sociais, será processado e julgado pelo Senado Federal, se admitida a acusação por 2/3 da Câmara dos Deputados.

19. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações possessórias decorrentes do exercício do direito de greve de empregados privados.

20. A Justiça do Trabalho não é competente para julgar ação acidentária movida pelo segurado contra o INSS.

21. O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União, ao contrário do que ocorre com o Ministério Público Militar.

22. Nos termos da Constituição, é assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

23. A Constituição assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.
24. Compete à Justiça comum processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.
25. Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Herbert Almeida*

- Acerca dos princípios administrativos, dos atos administrativos, do Regime Jurídico dos Servidores Federais, do Plano das Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, dos poderes administrativos e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.
26. A autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos que confere à administração pública a prerrogativa de executar diretamente suas decisões, sem necessidade de autorização judicial.
27. No âmbito do Judiciário Federal, é vedada a nomeação ou designação, para os cargos em comissão e funções comissionadas, de cônjuge, companheiro, parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juízes vinculados, inclusive a de ocupante de cargo de provimento efetivo das

carreiras dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.

28. **Situação hipotética:** o prefeito de uma cidade realizou licitação para contratar empresa para fornecer materiais de escritório para todas as secretarias, interferindo diretamente na escolha da empresa vencedora, mesmo sabendo que outra empresa concorrente oferecia preços mais vantajosos e qualidade superior dos produtos. O prefeito justificou sua ação afirmando que a empresa escolhida é de sua confiança e que os sócios da entidade empresarial contribuiriam financeiramente na sua campanha de reeleição. **Assertiva:** o prefeito incorreu em desvio de finalidade, uma vez que utilizou seu poder para fins diversos daqueles previstos na lei, visando a beneficiar empresa de sua confiança, configurando abuso de poder no exercício da função pública.

29. João atravessou a rua de forma repentina e fora da faixa de pedestres, quando foi atropelado por um veículo oficial do Tribunal Regional do Trabalho, que transitava dentro da velocidade permitida pela via. Em razão do acidente, João sofreu graves lesões físicas. O motorista do veículo estava agindo no exercício de suas funções, a serviço da administração federal, e utilizava o veículo oficial de forma regular. Nessa situação, o Estado poderá ser responsabilizada civilmente pelos danos causados ao pedestre, pois o acidente ocorreu durante o exercício regular do serviço público, não havendo excludente de responsabilidade civil estatal aplicável.
30. A nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de secretário municipal, por se tratar de cargo público de natureza política, por si só, não caracteriza nepotismo ou ato de improbidade administrativa.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, da Lei nº 14.133/2021, do nº 8.429/1992 e da Lei nº 13.709/2018, julgue os itens a seguir.

**31.** Considere que João, prefeito de determinado município, tenha sido acusado de praticar atos de improbidade administrativa, desviando recursos públicos para benefício próprio e de terceiros. Antes de recompor os prejuízos causados ao erário, o prefeito veio a falecer. Após o falecimento, é constatado que o prefeito deixou bens em seu nome, incluindo imóveis e veículos, além de valores em contas bancárias. Nesse caso, os herdeiros do agente público falecido não são responsáveis pelos danos causados, uma vez que a responsabilidade civil e administrativa é personalíssima e não se transmite aos sucessores.

**32.** A decisão coordenada é aquela em que diversos órgãos da administração pública decidem de forma independente sobre um mesmo tema, visando a garantir a celeridade e a eficiência no processo administrativo, sempre que for justificável pela relevância da matéria.

**33.** Com base no rito procedimental comum, previsto na Lei nº 14.133/2021, a fase de habilitação é realizada após o julgamento, envolvendo apenas o licitante vencedor, podendo, contudo, haver a inversão dessas fases, mediante ato motivado, hipótese em que todos os licitantes participarão da fase de habilitação.

**34.** A exigência de garantia, nos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, é decisão discricionária da administração, devendo constar do edital, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades previstas na lei, quando assim permitido, podendo até mesmo prestar a garantia em títulos de capitalização.

**35.** A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.

## NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

*Lilian Novakoski*

Sobre Direitos Humanos, julgue:

**36.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante a todas as pessoas com deficiência o acesso à justiça. A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência.

**37.** Com a finalidade de assegurar informação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê de forma expressa que campanhas sociais, preventivas e educativas devem ser acessíveis à pessoa com deficiência.

**38.** Os tratados internacionais de Direitos Humanos são equivalentes as Emendas Constitucionais e devem passar pelo crivo da Convencionalidade.

**39.** Em razão do fundamento da dignidade humana, os Direitos Humanos não poderão ser restringidos.

40. A Resolução 492 de 2023 prevê a criação de um Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário, em caráter nacional e permanente para, dentre outras funções, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto às causas que envolvam direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional.

## **NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA**

*Stefan Fantini*

Com relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

41. As funções de planejamento e organização possuem, respectivamente, foco em ideias e recursos.

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

42. O planejamento tático ocorre no nível institucional, envolve a organização como um todo e considera dimensões internas e externas à organização, como a análise da situação organizacional e a análise ambiental.

43. O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia que prioriza a perspectiva financeira, em detrimento das demais perspectivas, quais sejam: Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

44. **Texto:** Os fragmentos a seguir foram extraídos do planejamento estratégico 2021 a 2026 do TRT da 10ª Região.

“Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

“Ser reconhecido perante a sociedade como instrumento de justiça célere, efetiva e comprometida com a responsabilidade socioambiental e com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho, com a valorização das pessoas e da cultura da paz, gerando valor social.”

**Assertiva:** Esses fragmentos representam, respectivamente, a missão e a visão do TRT da 10ª Região.

45. A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, as quais estão relacionadas à dimensão interna da organização, quanto forças e fraquezas, as quais estão relacionadas à dimensão externa da organização.

Com relação às características básicas das organizações formais modernas, tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização, julgue os itens a seguir.

46. Os elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional são: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização e descentralização; e formalização.

Acerca da gestão da qualidade e excelência nos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

47. Uma das ferramentas utilizadas na gestão da qualidade é o Diagrama de Pareto, o qual consiste em uma técnica para identificar as causas prioritárias dos problemas, baseado na premissa de que 20% das causas geram 80% dos efeitos.

Com base no Clima e Cultura Organizacional julgue o item a seguir.

**48.** A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

Com base na Gestão de Processos, julgue os itens a seguir.

**49.** A gestão por processos adota estrutura vertical, ao passo que a gestão tradicional utiliza estruturas horizontais.

**50.** Os processos podem ser gerenciais, de suporte, ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos finalísticos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CIVIL

*Mário Godoy*

**51.** O casamento de estrangeiros realizado no Brasil deve obedecer à lei do país em que forem domiciliados, no tocante à incidência dos impedimentos matrimoniais.

**52.** A declaração de morte presumida, sem decretação de ausência, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

**53.** Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não pela vontade das partes.

**54.** Considera-se ato-fato jurídico o ato de vontade em que a produção de efeitos jurídicos se encontra predeterminada pela norma legal, a exemplo do que se passa com o reconhecimento de filiação.

**55.** Ocorre a dação em pagamento quando o devedor contrai com o credor nova dívida, para substituir e extinguir a anterior.

**56.** Em matéria de formação de contratos entre ausentes, o Código Civil brasileiro adota como regra a teoria da agnição, sob a modalidade expedição.

**57.** A doação pura feita ao absolutamente incapaz valerá, desde que seja aceita pelo seu representante legal.

**58.** O contrato de seguro por danos pessoais não compreende os danos morais, salvo previsão em contrário constante da apólice.

**59.** A empresa locadora de veículos responde subsidiariamente em relação ao locatário pelos danos por este causados a terceiro no uso do carro locado.

**60.** A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.

**61.** O usufruto se extingue pela morte do usufrutuário.

**62.** A instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje.

**63.** São irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.

**64.** Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

**65.** Em determinada execução de pagar quantia certa, devidamente citado, o executado deixou os prazos de pagamento e de apresentação de embargos à execução transcorrem sem qualquer manifestação. Diante disso, após pedido do exequente, o juízo determinou a reiteração automática de ordens de bloqueio on-line de valores nas contas do executado. Acerca da referida situação hipotética, julgue os itens a seguir.

A reiteração automática de ordens de bloqueio on-line de valores ("Teimosinha") não é, por si só, revestida de ilegalidade, devendo a sua legalidade ser avaliada em cada caso concreto.

**66.** Em determinada execução de pagar quantia certa, devidamente citado, o executado deixou os prazos de pagamento e de apresentação de embargos à execução transcorrem sem qualquer manifestação. Diante disso, após pedido do exequente, o juízo determinou a reiteração automática de ordens de bloqueio on-line de valores nas contas do executado. Acerca da referida situação hipotética, julgue os itens a seguir.

Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente. No prazo de 5 (cinco) dias, incumbe ao executado a comprovação de que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros.

**67.** Acerca da citação por edital, julgue o item subsequente, considerando, no que couber, a jurisprudência do STJ.

A expedição de ofícios a cadastros públicos e concessionárias de serviços públicos para localizar o réu antes da citação por edital é obrigatória, em virtude da excepcionalidade da medida.

**68.** A respeito da distribuição e registro, julgue o item a seguir.

Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 5 (cinco) dias.

**69.** A respeito da contestação, julgue o item a seguir.

Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

**70.** A respeito da contestação, julgue o item a seguir.

Embora não se aplique ao defensor público, o ônus da impugnação especificada dos fatos é aplicável ao advogado dativo.

**71.** Acerca do Saneamento e da Organização do Processo, julgue o item a seguir.

Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

**72.** Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir.

O exequente pode optar por ajuizar no Distrito Federal o cumprimento de sentença coletiva contra a União.

**73.** Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir.

A prerrogativa de intimação pessoal conferida à Defensoria Pública não se aplica aos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito, públicas ou privadas.

**74.** Considerando o disposto na Lei 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

A mediação nas relações de trabalho será regulada por lei própria.

**75.** Considerando o disposto na Lei 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada e custeada pelos tribunais.

**76.** A respeito das normas fundamentais do processo civil, julgue o item a seguir.

Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

**77.** A respeito da modificação da competência, julgue o item a seguir.

Reputam-se continentes 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

**78.** Acerca da Responsabilidade das Partes por Dano Processual, julgue o item a seguir.

Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa por litigância de má-fé poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

## DIREITO DO TRABALHO

*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos normativos e jurisprudenciais sobre o direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

**79.** É obrigatória a redução do horário normal de trabalho durante o aviso prévio no caso de a iniciativa da extinção contratual ser do empregador, a qual será de 2 horas diárias ou 7 dias corridos, com prejuízo da correspondente remuneração.

**80.** A remuneração das férias será devida em dobro no caso de o empregador desrespeitar o prazo legal para seu adiantamento.

**81.** Caso uma empresa decida realizar dispensa imotivada coletiva de seus empregados, não haverá necessidade de qualquer interveniência sindical.

**82.** A incidência da estabilidade da empregada gestante somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa.

**83.** A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria profissional.

- 84.** Durante o período da licença-maternidade, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos doze últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.
- 85.** Em exceção ao princípio da proteção, a legislação admite o reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, em qualquer grau de jurisdição.
- 86.** Considera-se trabalho de igual valor o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
- 87.** O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- 88.** Caso empregado e empregador convençionem, de comum acordo, a extinção do contrato de trabalho, o obreiro deverá receber pela metade as férias proporcionais.
- 89.** A Convenção Coletiva de Trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre regulamento empresarial, troca do dia de feriado e prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.
- 90.** A teoria do conglobamento propõe que as disposições sobre a norma jurídica sob apreciação sejam analisadas globalmente dentro de cada texto normativo, aplicando-se, ao caso concreto, o conjunto de regras mais benéfico ao empregado.
- 91.** O empregado em regime de teletrabalho deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.
- 92.** Suponha que determinado garçom, admitido como empregado de certo restaurante em Palmas/TO, tenha salário-fixo de R\$ 4.400,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que nos últimos doze meses totalizaram média de R\$ 2.000,00. Caso venha a ser dispensado, o aviso prévio a ser concedido deverá ter como base de cálculo o valor de R\$ 4.400,00, na medida em que as gorjetas não entram no cálculo do aviso prévio.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

*Bruno Klippel*

- 93.** A admissibilidade do recurso de revista interposto contra o acórdão proferido no agravo de petição dependerá da demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal de 1988.
- 94.** O agravo de petição é recurso próprio para impugnar decisões proferidas na fase de execução e tem prazo, em regra, de oito dias.
- 95.** Ao advogado, ainda que ele atue em causa própria, serão devidos honorários sucumbenciais, inclusive nas ações contra a fazenda pública.
- 96.** De acordo com o entendimento do TST, o *jus postulandi* abrange a atuação nas varas do trabalho e nos TRT, inclusive no que se refere a mandados de segurança.

- 97.** Conforme o entendimento do TST acerca da ação rescisória no processo do trabalho, o silêncio da parte vencedora a respeito de fatos a ela contrários não constitui dolo processual capaz de subsidiar ação rescisória.
- 98.** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação à CLT ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- 99.** A execução poderá ser garantida pelo executado por seguro-garantia judicial no valor total do débito, sendo ainda equivalente a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis.
- 100.** O depósito recursal será feito na conta vinculada do empregado e corrigido pelo índice da poupança, salvo para os beneficiários da justiça gratuita, que são isentos dessa obrigação.
- 101.** A jurisprudência trabalhista é pacífica ao afirmar que a prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, entendimento esse que está em harmonia com o CPC.
- 102.** Se o reclamante beneficiário da justiça gratuita não comparecer à audiência, a reclamação deverá ser arquivada e este será condenado ao pagamento das custas, independentemente do motivo que o tiver levado a se ausentar.
- 103.** Na justiça do trabalho, a fazenda pública poderá ser condenada ao pagamento de honorários de sucumbência nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída por sindicato de sua categoria.

- 104.** Para impugnar decisão de tribunal regional do trabalho em mandado de segurança, cabe recurso ordinário para o TST.
- 105.** Para atingir seu objetivo, o procurador atuou corretamente ao opor os embargos de declaração, porque esse recurso suspende o prazo para interposição de outros recursos.
- 106.** Os municípios não podem ser parte nas demandas ajuizadas que sigam o procedimento sumaríssimo.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Rubens Maurício*

- 107.** Maria, ocupante de cargo em comissão no município em que reside, sem vínculo efetivo com o respectivo município, está vinculada ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mesmo que o município não tenha instituído um regime próprio.
- 108.** Um estagiário que presta serviços de acordo com a Lei nº 11.788/2008, sem qualquer vínculo empregatício com o contratante, não é considerado segurado obrigatório da Previdência Social.
- 109.** O segurado especial pode exercer uma atividade remunerada temporária por até 180 dias no ano civil sem perder sua condição de segurado especial.
- 110.** Carla, que presta serviços três dias por semana na residência de uma família, de forma subordinada, onerosa e pessoal, é considerada segurada obrigatória do RGPS na qualidade de empregada.

- 111.** O segurado empregado que está em licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares perde automaticamente a qualidade de segurado após 12 meses sem contribuição.
- 112.** O cônjuge que participa ativamente de atividades rurais em regime de economia familiar, mesmo sem titularidade formal da terra, pode ser enquadrado como segurado especial do RGPS.
- 113.** O aposentado por incapacidade permanente que se torna empregado de uma empresa perde automaticamente o benefício previdenciário.
- 114.** O trabalhador intermitente, que presta serviços em períodos alternados, é considerado contribuinte individual do RGPS.
- 115.** Os trabalhadores que exercem atividades de movimentação de mercadorias em áreas urbanas, intermediados por sindicatos, são considerados segurados na categoria de trabalhador avulso.
- 116.** João, empregado de uma empresa, teve o pagamento de sua contribuição previdenciária retido na folha de pagamento. De acordo com a Constituição Federal, o empregador não é obrigado a contribuir para a seguridade social sobre o valor pago a João.
- 117.** Maria, pescadora artesanal filiada ao RGPS como segurada especial, é obrigada a contribuir para a seguridade social apenas com base no valor da comercialização de sua produção. Essa forma de contribuição é válida, desde que Maria exerça suas atividades em regime de economia familiar e sem empregados permanentes.
- 118.** Um município pode incluir as receitas destinadas à seguridade social em seu orçamento geral, integrando-as ao orçamento da União, para facilitar a gestão dos recursos.
- 119.** Nos termos da CF/88, as entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências legais são imunes e não contribuem para a seguridade social.
- 120.** É permitida a destinação de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos que atuem na assistência à saúde, desde que atendam às normas do SUS.

## Discursiva

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
  - b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
  - c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;
  - d) Autoridades com poder de ordenar a violação domiciliar.
-

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---